

## TEXTO 04

### Interseccionalidade e efetivação dos direitos de cidadania no SUAS

Chegamos ao quarto texto do nosso curso **Interseccionalidade no SUAS: Gênero, Raça e Classe Social**. Neste texto temos o enorme desafio de pensar uma forma de concluir uma reflexão que ainda está ganhando materialidade, no cotidiano do Sistema em particular, e, sociedade e das políticas públicas de modo geral.

Para a reflexão sobre este exercício, de encerrar o inconcluso, convidamos, Saramago, que nos afirma sobre a impossibilidade de findar uma viagem....



*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: 'Não há mais o que ver', saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se viu no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.*

O convite a Saramago para se fazer presente na feitura deste texto, é o resultado do ressoar em nós do trabalho de Gracielle Feitosa de Loiola em ***Produção sociojurídica de famílias "incapazes": Do discurso da "não aderência" ao direito à proteção social***. Em seu trabalho, que chegou até nós por indicação de trabalhadoras da assistência, Saramago em sua constatação da incompletude, também abre o texto. A autora, também trabalhadora atuando nas intersecções do SUAS com o Sistema de Justiça, faz referência ao fato de que o processo de escrita se caracteriza enquanto exercício de organizar aquilo que foi visto e vivido na travessia por diferentes espaços, a partir de diferentes encontros.

Gracielle para analisar a forma como as políticas públicas, em especial, as políticas sociais, ganham materialidade no cotidiano, oportuniza que mulheres/mães e trabalhadoras/es falem, a

partir de suas experiências, sobre condições de vida e de trabalho, desvendando como vêm sendo produzidas, especialmente por meio do discurso do judiciário e da assistência social, um novo mito, o das “famílias incapazes”, da mesma família de um outro mito, mais antigo do que este, *o das famílias desestruturadas*<sup>1</sup>.



## mito

substantivo masculino

1. relato fantástico de tradição oral, ger. protagonizado por seres que encarnam as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana; lenda.  
"m. e lendas dos indígenas do Xingu"
2. narrativa acerca dos tempos heroicos, que ger. guarda um fundo de verdade.  
"o m. dos argonautas e do velocino de ouro"

Para a autora é no encobrimento da nossa incapacidade de efetivamente trabalhar com as famílias e territórios, de lidar com a complexidade das expressões da questão social na sociedade de modo geral, e, na vida das famílias e indivíduos em particular que se produz o mito da incapacidade das famílias. Este mito se reproduz a partir do discurso inúmeras vezes repetido sobre a incapacidade de famílias, via de regra pobre, pretas, de maternidade solo e periféricas de proteger os seus membros, assim como, desvendando a precarização e intensificação do trabalho que incidem nessa produção.

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão indicamos uma referência importante, o texto de Ana Maria goldani, ***As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação***, disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681>.

## VÍDEO: Armada com faca, mulher é vista roubando alimentos em supermercado



O caso aconteceu em Recife, na rede de supermercados Pão de Açúcar

Publicado em 25/10/2022, às 17h13 Reprodução/Vídeo - Twitter Cadastrado por José Ivan Neto

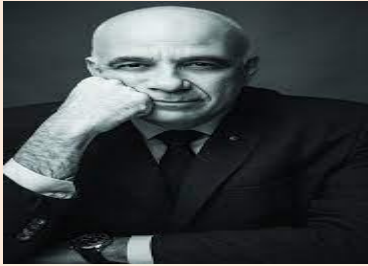
COMPARTILHE 

Uma mulher, armada com uma faca, invadiu um supermercado e roubou alimentos na Zona Norte do Recife. Segundo a assessoria de imprensa do estabelecimento, o crime aconteceu em 11 de outubro, no bairro de Parnamirim.

O ocorrido se deu em uma unidade do mercado Pão de Açúcar. Em um vídeo enviado ao Whatsapp da TV Globo, é possível ver que ela coloca alimentos na mochila e, depois, pede a uma mulher para que ela compre um pacote de leite em pó para ajudá-la.

Sem sacralizar as famílias, Gracielle revela “histórias permeadas por violências e abandonos”, denunciando “a desigualdade social por trás da incapacidade de cuidado” que permeia o discurso do “outro” que opina, culpabiliza e decide sobre a (in)capacidade protetiva das famílias em relação aos seus filhos, no interior da indiferença, ausência e incapacidade do Estado em assegurar proteção social efetivamente para estas famílias e seus territórios. Cabe destaque que este movimento não se relaciona especificamente ao SUAS, está presente na sociedade, e, por isto, também nas demais políticas e Sistemas, se fundamentando nas diferentes maneiras de encobrimento nas formas de ver e perceber a realidade.

Fato é que, em uma sociedade como a brasileira, desigual, racista e machista de ponta a ponta de sua história a manutenção do discurso do caso a caso, da possibilidade de reconhecimento do esforço, do mérito, é algo que cai muito bem. Jessé Souza, em a **Ralé Brasileira (2016)** reflete sobre esta forma de reprodução das desigualdades,



Em uma sociedade dominada pelo economicismo, ou seja pela crença de que o comportamento social é determinado unicamente por estímulos econômicos [...] o que se torna invisível é precisamente a constituição diferencial de seres humanos a partir da socialização primária e familiar com capacidades e habilidades muito distintas para a competição social em todos os níveis. É apenas um enfoque social compreensivo acerca da formação sociocultural diferencial por herança de classe – já que a cada classe corresponde uma forma distinta de herança familiar- que podemos

compreender como ponto de partida distinto de cada uma delas desde a escola- onde algumas classes já chegam como perdedoras ou vencedoras aos cinco anos de idade pela presença ou ausência de estímulos fundamentais – até o mercado de trabalho (SOUZA, 2016, p.17)

Para Jessé “como todo conflito social é dramatizado nessa falsa oposição entre mercado divinizado e Estado demonizado, os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis” (SOUZA, 2016, p.21). Ao longo da história utilizamos espécies de super categorias, que supostamente dariam conta de tratar todas as desproteções e vulnerabilidades vivenciadas no cotidiano. **Pobreza, exclusão, estigma, vulnerabilidade social**, todas são categorias, que sendo importantes, não são capazes de dar conta de tudo, e, principalmente, não são capazes de nos auxiliar a projetar o trabalho no campo das políticas públicas, de como deve ser o Estado em ação, do tipo de trabalho/entrega para cada família, indivíduo e/ou território.

Sobre este contexto Robert Castel (2011) reflete sobre o conceito de exclusão social que vem se impondo contemporaneamente como um conceito de amplo espectro, capaz de “dar nome” a todas as formas de miséria do mundo. Para o autor a *exclusão* vincula-se à “*questão social*” e seu uso indiscriminado está associado ao pouco empenho reflexivo sobre o que caracteriza atualmente a “*questão social*”. Deve ser substituído, em cada caso, “por uma noção mais apropriada para nomear e analisar os riscos e fraturas sociais atuais”.

Ainda para Castel (2011) a heterogeneidade de usos é o primeiro motivo para se desconfiar que o termo exclusão ao “dar nome” não permite revelar os elementos constitutivos do número imenso de situações diferentes, que precisam ser apreendidas de forma analítica. Rotular como exclusão os diferentes riscos e fraturas sociais atuais é uma forma de lhes atribuir qualificação puramente negativa, relativa à falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém.

**Quantas vezes diante de expressões muito distintas da pobreza, exclusão, vulnerabilidade social e estigma utilizamos o termo como se ele fosse capaz de “encerrar” o discurso?.**

**Exemplo disto:** Quando nos deparamos com *João, homem trans, negro, em situação de rua em Recife, com vínculos familiares rompidos e uso abusivo de álcool e outras drogas*, afirmamos que *o problema do João é a exclusão social*. E, ao nos encontramos com *Maria, de 14 anos, 5 irmãos, filha de uma mulher jovem com deficiência física, indícios de violência/abuso por parte do pai, abandono da escola e trânsito pela rua para a garantia da sobrevivência*, conferimos o mesmo veredito: *o problema de Maria e sua família é o fato de serem excluídas socialmente*, ou, (uso ainda mais comum) de sua família ser **desestruturada**.

Percebam que não produzimos com estas afirmações nenhuma informação útil para compreender os dramas e dores vivenciados por João e Maria, muito menos para o campo da atuação do Estado, para a implementação das políticas públicas ou para efetivação da proteção social. Os termos utilizados, quase com potência sobrenatural, encarna o campo dos mitos, ou, como nos afirma Jessé Souza, da *má fé* que permeia o cotidiano das instituições.

Isto porque para Castel (2011) os traços constitutivos essenciais das situações de "exclusão" não se encontram nas situações em si mesmas, as situações-limite que caracterizam e muitas vezes determinam o cotidiano dos indivíduos só têm sentido quando colocadas num processo, resultado de trajetórias diferentes.

O principal argumento defendido por Castel (2011) é que não é possível revelar as contradições do cotidiano, através do relato sobre os estados de despossuir, os *in* e os *out*, não estão em universos separados. “Não se pode falar numa sociedade de situações fora do social. O que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*” (CASTEL, 2011, p.29). Argumento que também pode ser utilizado para a defesa de uma abordagem interseccional para o campo e cotidiano do SUAS.

Afirmar a necessidade de realizar tal distinção não implica que essas situações de exclusão não sejam graves por si mesmas, nem que a exclusão não represente hoje uma ameaça. São graves nelas mesmas, porque alimentam uma desestabilização geral na sociedade. Observa-se, assim, uma multiplicação de categorias da população que sofrem de *déficit de integração* com relação ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc. E, portanto, pode-se dizer que são ameaçadas de

exclusão. Esses processos de marginalização podem resultar em exclusão propriamente dita, ou seja, em um tratamento discriminatório de segregação e afastamento destas populações, caso de política/práticas higienistas (CASTEL, 2011, p. 47-48), **mas, ressaltamos, no cotidiano são os marcadores de diferença que operam as pequenas cisões, não acessos, acessos precários e irregulares.**

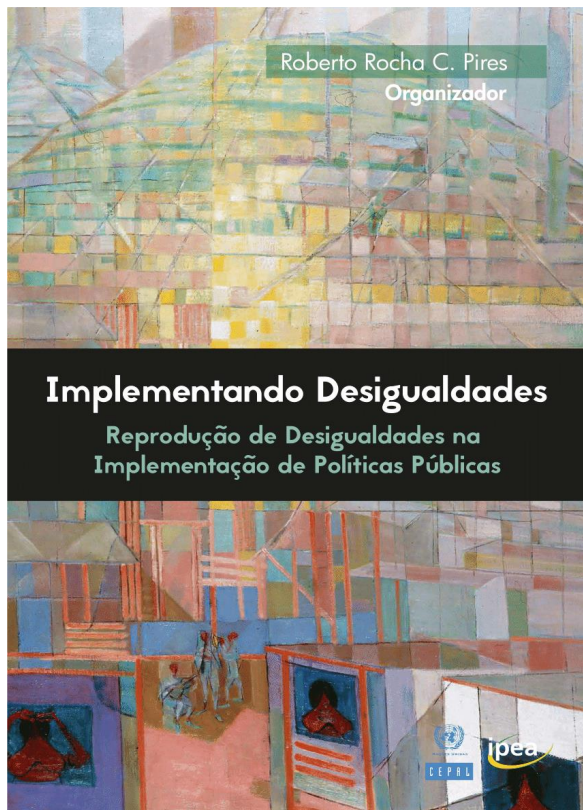
A proposta deste texto é demarcar que compreendemos o olhar a partir do campo das interseccionalidades como uma forma de efetivamente chegar bem perto das famílias, nas situações vivenciadas pelos indivíduos no cotidiano em sociedade, homens, mulheres, crianças, jovens, idosos/as, trabalhadores/as. Pessoas que têm endereço, cor, identidade sexual e de gênero. Que vivenciam em maior ou menor intensidade riscos sociais. O encobrimento, o apagamento das dimensões de identidade e identificação de indivíduos e famílias formam, para Jessé, o núcleo mesmo da “violência simbólica” — aquele tipo de violência que não ‘aparece’ como violência —, que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira’.

Ainda sobre esses processos de naturalização, esse não ‘aparecer’ como violência, é, em si, também violento. Tudo o que nos dessensibiliza para o mundo, tenta retirar de nós parte indissolúvel da nossa constituição humana (que é a necessidade afetiva da relação comunitária), nos “adoece” nos desumanizando. É tomando consciência dessas violências que ‘aparecem’, assim como as que não ‘aparecem’ que se torna possível pensarmos em estratégias de ‘cura’ destes processos desumanizadores e anticomunitários (CABNAL, 2019), bem como projetarmos a ação do Estado e sociedade no campo dos direitos humanos e das políticas públicas. *Estamos inseridos nesses processos de violências, ora vítima, ora reprodutores, ora vítimas destas nossas reproduções.*

Refletindo sobre estas questões, reconhecemos como fato que podemos reproduzir desigualdades ainda que implementando políticas públicas. Caso refletido a partir do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, organizado por Roberto Pires e publicado em 2019<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> PIRES, Roberto (Org.). (2019). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>



Este livro se dedica a analisar, discutir e compreender em profundidade de que forma as atividades cotidianas de prestação de serviços públicos podem engendrar riscos de reprodução de desigualdades sociais, apoiando-se nas abordagens multidimensionais e interseccionais da desigualdade e nos aportes teóricos do campo de implementação de políticas públicas. Por meio de um esforço coletivo, esse livro reúne um conjunto amplo e variado de análises de casos, tornando possível visualizarmos os diferentes tipos de mecanismos que articulam dinâmicas de implementação com os efeitos materiais e simbólicos que contribuem para reforçar as desigualdades já existentes. A compreensão desses mecanismos oferece caminhos úteis para reflexões

preventivas (ex ante) ou avaliações de resultados (ex post) de políticas públicas e suas estratégias de implementação, com o objetivo de tornar mais efetivas as políticas públicas de inclusão, promoção e proteção social.

Nesta perspectiva se faz necessário refletir sobre nossa prática enquanto mediadores/as das relações (Famílias/Indivíduos - Estado - Sociedade). Em alguma medida, os/as trabalhadores/as atuam como a materialização da representação do Estado para os sujeitos, espécie de viabilizadores/as dos direitos e acesso a recursos, socializadores/as das informações pertinentes a esses direitos e às demandas da população.

Para pensar sobre esta incidência e importância vamos recorrer ao termo burocracia do nível de rua. De acordo com Jorge (2012), a expressão burocracia de nível de rua foi definida por Michael Lipsky na década de 1980 e diz respeito aos/as servidores/as públicos que interagem diretamente com os cidadãos.

Os burocratas do nível de rua se tornaram centrais na discussão sobre a implementação de políticas públicas porque o debate sobre o serviço público está intrinsecamente ligado ao escopo e função destes/as funcionários/as, diretamente responsáveis por mediar a relação entre Estado e cidadão/ã. Como sugere Lotta (2010): “as instituições impactam as práticas, mas as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos também impactam as instituições”.

O desafio desta representação é imenso, mas precisamos compreender isto para elaborar quais devem ser os objetivos de nosso trabalho no cotidiano da política. Como atuar junto às famílias trabalhando com a representação do Estado enquanto afiançador de direitos? Como trabalhar com a perspectiva de que as famílias e usuários/as são sujeitos/as políticos e que os direitos dificilmente existem fora da dimensão da exigibilidade, da resistência e da luta pela inclusão e equidade social?

Para este fim, o horizonte da formação não pode ser outro que não o de fortalecimento de uma massa crítica, reflexiva, propositiva e atuante no campo de ação da Política de Assistência Social, reafirmando o dito por Iamamoto (2008):



O momento presente desafia os trabalhadores/as, gestores/as e demais atores do campo da assistência social a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008).

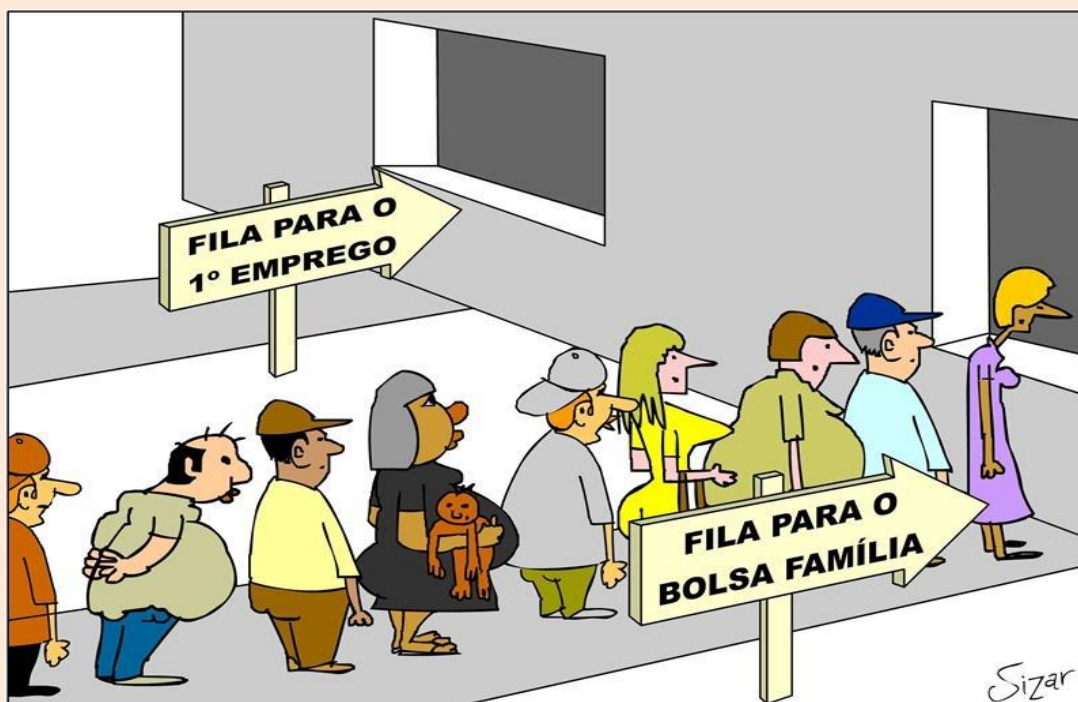
A reflexão sobre as expressões da questão social existentes na vida cotidiana das famílias e territórios, bem como sobre as estratégias utilizadas para seu enfrentamento, nos remetem ao desafio de uma abordagem interseccional da realidade.

O tipo de resposta do Estado diante das novas expressões da desigualdade social no Brasil vem evidenciando os limites da organização burocrática. Não é possível pensar as Garantias Socioassistenciais através apenas da política da assistência. A complexidade dos problemas sociais exige que não nos limitemos às ações setoriais. E não devemos ver isto como um argumento para a segmentação, defendemos aqui o oposto, precisamos romper na prática e no discurso com este esfacelamento das vidas e das demandas das pessoas: “**demanda do CRAS**”, “**família do CREAS**”,

**“encaminhamento (quase despacho) para a saúde”**, os exemplos são inúmeros e sabemos todos e todas do que estamos tratando.

A tentativa de enquadramento, de separação é um debate consolidado ao longo da história, segue presente, ressignificado e em disputa na sociedade, no campo das gestões públicas, movimentos sociais e dos órgãos/institutos de pesquisa. Este olhar que tende ao enquadramento, à utilização de supostas super categorias prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para segmentos populacionais específicos e reproduz a (in)visibilidade perversa que caracteriza o cotidiano de homens, mulheres, pessoas não binárias e famílias que têm elementos de trajetória e identificação que precisam ser visibilizados.

Retomando a reflexão proposta por Gracielle Loiola (2020) a produção sociojurídica das famílias incapazes de aderência às políticas públicas, a projeção que se faz diz respeito à capacidade das famílias, muitas vezes mulheres mães, com rede de apoio inexistente ou extremamente fragilizadas, de ao menor toque da presença do Estado responder ao desenho de “organização” progressiva de suas vidas, dores e histórias, colocado pelas políticas públicas e, respaldado por uma sociedade que grita aos quatro ventos que *“não se deve dar o peixe, é preciso ensinar a pescar”*, que antes da entrada se deve pensar nas *portas para a saída*, que a solução para a pobreza é o controle da natalidade e dos corpos das mulheres pobres, etc.



Para problematizar sobre esta questão retomamos um outro trabalho, muito importante para a reflexão sobre os caminhos e descaminhos de nossas políticas sociais. A reflexão proposta por Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) no livro Vozes do Bolsa Família que derivou de uma pesquisa com foco no programa Bolsa Família, envolvendo entrevistas com 150 beneficiárias do programa ao longo de cinco anos (entre 2007 e 2011).

Surgem aí depoimentos importantes de mulheres que relataram como era viver nas regiões consideradas "mais desassistidas do Estado brasileiro" (Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais) e os impactos do Programa. A análise desses impactos foi proposta pelos autores através de três dimensões - autonomia, dinheiro e cidadania.

Para a análise da dimensão autonomia, o enfoque utilizado foi o das **capacidades e funcionamentos**, de Amartya Sen, que tomamos neste curso como uma lente bastante interessante para perceber os efeitos das relações desiguais vivenciadas pelas famílias/indivíduos, bem como as reações em relação a estes efeitos, seja de enfrentamento ou de resignação.

São inúmeros os casos de depressão e transtornos psíquicos vivenciados pelas famílias e indivíduos, diretamente relacionados a um cotidiano marcado pelo sofrimento, pela ausência de capacidades de estabelecer um projeto de vida para além da sobrevivência, vidas marcadas por extrema privação material e afetiva.

É para compreender estas famílias, que chegam até os serviços, e tem respostas tão diferentes ao trabalho desenvolvido, que lançamos mão da perspectiva das capacidades e funcionamentos, de Amartya Sen. Viver em situações de privação resulta para o autor a redução da liberdade. Esta liberdade está relacionada a condições que são necessárias para os sujeitos definirem por si mesmos um ideal de vida boa, como por exemplo: ir ou não à escola, isto pode ser considerado uma escolha desde que exista no território a oferta deste serviço. No entanto, a liberdade de permanecer na escola não está relacionada só ao direito da matrícula, mas em ter condições de permanecer, de frequentar as aulas, sem, por exemplo, ter a todo o momento o risco de abandoná-la para contribuir na renda familiar ou, caso de Maria, citada anteriormente no texto, tentar proteger a mãe e os irmãos.

Walquiria Rego e Alessandro Pinzani (2013) ressaltam a importância para estas famílias de perceberem que o Estado reconhece sua existência, e que suas necessidades não podem ser supridas por elas mesmas, ou com ações setoriais e sem acompanhamento.

Cabe ressaltar que, na perspectiva de Sen, as capacidades de funcionamento de que dispõem os sujeitos não são simplesmente autogeradas, o que reforçaria a perspectiva da meritocracia, de que basta as pessoas se esforçarem para terem acesso ao que quiserem, para o autor é determinante os efeitos das condições externas. Vejamos alguns exemplos: *se as famílias com crianças pequenas têm acesso a creche (capacidade), isto permite que as mulheres possam sair para trabalhar (funcionamento). Se a escola trabalha de forma próxima buscando envolver as famílias, crianças, adolescentes e o território (capacidade), a possibilidade de perceber a educação como algo importante no projeto de vida tende a aumentar (funcionamento).*

Neste sentido, a existência destas famílias demanda a existência de capacidades para funcionamentos e o Estado precisa assumir o seu papel de provimento de condições (capacidades) para materialização da cidadania, através de suas diferentes políticas.

Não lugares é o termo que Marc Augé (2012) emprega para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer identidade. Indivíduos lançados “à própria sorte” em uma sociedade de consumo, ou caracterizada pela supermodernidade. Tempo que para o autor se distingue por meio de “figuras de excesso”, no entanto, paradoxalmente, o excesso de espaço remete ao encolhimento do mundo, exemplo das grandes concentrações urbanas, migrações populacionais e contribuem para a produção de não lugares, de esvaziamento das referências que tornam aquele indivíduo uma pessoa (utilizando a reflexão de Roberto DaMatta). Esses não lugares se materializam nas dinâmicas urbanas, “lugares” por onde circulam muitas pessoas e bens, cujas relações são incapazes de criarem por si só acessibilidade para os diferentes grupos.

Nas sociedades ocidentais, o indivíduo quer um mundo para ser seu mundo, ter como referência o fato de ter nascido em um lugar, ser designado à uma comunidade e residência. “Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual [...] o que equivale a dizer que, num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, sem dúvida, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações, nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum” (AUGÉ, 2012, p.53).

Neste sentido, Gayatri Spivak (2010) evoca a responsabilidade em desafiar os discursos hegemônicos produzidos [muitas vezes por nós mesmos] sobre os sujeitos subalternos, restabelecendo estes lugares, uma vez que o peso desta supermodernidade é muitas vezes excessivo em termos de desenraizamento para os indivíduos subalternos.

Para Spivak podemos atuar contra a subalternidade criando espaços nos quais os subalternos possam se articular e, como consequência, possam também ser ouvidos. Esse é um movimento que tem se dado algumas vezes quando abrimos mão da nossa vantagem estratégica sobre o discurso, ao deixar de tentar "enquadrar" a todo custo as vivências das pessoas, *João e Maria*, para a produção de uma metanarrativa. Esta forma de atuação tem o mérito de cada vez mais, de forma qualitativa, possibilitar tornar visível o que por muito tempo não foi visto, uma vez que, ainda segundo Spivak, dirige-se a uma camada material que até então não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo valor moral, estético ou histórico.

O que estamos tentando evidenciar é que, o sujeito é sempre co-responsável por sua própria constituição e pela constituição do mundo que o cerca. No entanto, a autonomia depende de condições externas ao sujeito, ainda que ele tenha participado da criação destas circunstâncias. Depende da existência de leis mais ou menos democráticas. Depende do funcionamento da economia, da existência de políticas públicas, de valores veiculados por instituições e organizações. Depende da cultura em que está imerso [...] toda autonomia é construída na história (seja pessoal ou social) e é fruto de um processo (CAMPOS e CAMPOS, 2006 apud Caderno 2: Proteção da Assistência Social).

Ou seja, o processo existente entre o indivíduo e o território é parte de sua trajetória de vida, pois é nele que constrói seus laços de afetividade, que o tornam pertencente a determinado grupo que o compreende enquanto indivíduo conhecido e reconhecido por este.

E ainda é possível salientar a participação na tomada de consciência do indivíduo, no tocante ao despertar de sua autonomia, pois é necessário que as condições externas e as relações objetivas e subjetivas construídas naquele território se façam a partir de condições equilibradas. De modo, a oferecer e construir oportunidades, seja no acesso ou na possibilidade.

Portanto o território precisa ser compreendido “como território usado, não como território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS apud Brasil, 2013). Ou seja, o território tem de ser o local de pertencimento deste indivíduo, não apenas de forma física, mas política, social e cultural, de modo que o mesmo se reconheça enquanto parte integrante do território, e possa nele se reconhecer e atuar enquanto cidadão/ã.

Ampliando o alcance da construção conceitual sobre o indivíduo e o território, podemos perceber, que desde a perspectiva de corpos diversos, etnias diversas em geografias diversas estão presentes a possibilidade de leituras outras das realidades, leituras estas que ajudam a constituir estas identidades. Na perspectiva das relações de gênero, e ocupando os nossos sentidos ao que nos convida pensar as Feministas Comunitárias, o território está aglutinado em uma única expressão: 'Território-corpo-terra'. O indivíduo é o ser além do seu território, mas é também a presença simbólica do que torna um território mais do que ‘seu território’, um elemento orgânico, parte de seu corpo. Seja o local de nascimento ou o corpo-terra ocupando territórios de migração/imigração.

Para Lorena Cabnal (mulher indígena Maya-Xinka, feminista comunitária e representante da Tzk’at Rede de Sanadoras Ancestrais do Feminismo Comunitário - Guatemala) é necessária uma abordagem ancestral, cosmogônica e feminista comunitária territorial, para fim de tornar possível o cuidado e recuperação emocional, espiritual e física de mulheres indígenas, que são defensoras da vida nas comunidades. Mulheres que sofrem múltiplas opressões sobre seus corpos. Cabnal fala deste lugar, da mulher indígena, dos corpos das mulheres indígenas, que sofrem os impactos do sistema patriarcal originário somado ao machismo colonial. O que consideramos pode ser amplificado para outras experiências/trajetórias cotidianas, seja no campo ou nas cidades.

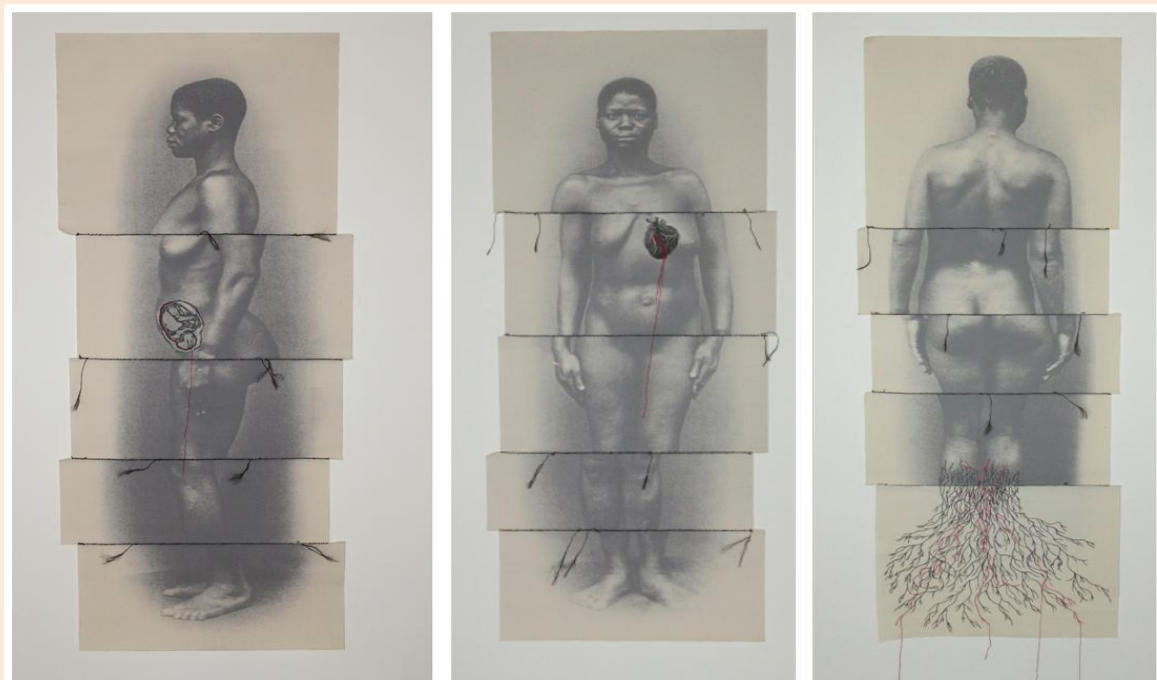
Compreender o corpo-terra é compreender o corpo como um território histórico, que resiste diante das relações de poder. Assim, ações efetivas de recuperação deste corpo (território-corpo-terra) para dignificar-se, reconstituindo a alegria em correlação com a natureza é um posicionamento político e emancipador (CABNAL, 2017). É no reconhecimento dos elementos de

identidade, de vinculação com o território, em síntese, com a perspectiva de pertencer a sua história que, acreditamos, reside a real perspectiva de trabalho com indivíduos e famílias.

Estes corpos-territórios, identidades, multiplicidades, não podem e não devem estar desagregados da cultura e das relações com a natureza, reconhecendo este último aspecto sem com isso retomar concepções racistas biologizantes.

Um território-corpo trans, negro, favelado, intersexual, indígena, com deficiência, cisgênero, gordo... um corpo-território pauperizado, violado, exposto, invisibilizado... um corpo-território criança, velho, jovem, heterossexual, homossexual, assexual, pansexual... as reticências poderiam seguir ainda por várias linhas deste texto. Nessas reticências, representativas da diversidade, porém, habitam opressões que em muitos casos estão dispostas numa espécie de hierarquia da exploração.

Pensemos estas dinâmicas fora e dentro das composições familiares e nas influências dessas dinâmicas para a criação do mito das “famílias incapazes”, por exemplo. É de suma importância fazer esta leitura interseccional para rearranjar as leituras possíveis sobre as realidades destas famílias. Quais são as características desta ‘incapacidade’? Quais são os corpos-territórios aos quais essa ‘incapacidade’ é frequentemente atribuída?



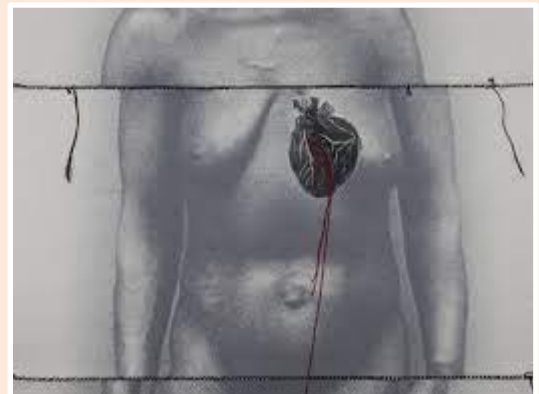
Série: “Assentamento”, Rosana Paulino (2013).



As narrativas inseridas e fomentadas no nosso cotidiano sobre determinados corpos - como os corpos negros - estão imbricadas nas construções memoriais do nosso país, sendo o Brasil um dos últimos países a abolir legalmente a escravidão.

Vejamos, a partir do olhar sensível da artista visual Rosana Paulino, a força comunicativa das imagens para a desconstrução de narrativas racistas, que historicamente permeiam nossas instituições, as leis, os pensamentos e leituras de mundo. Paulino reflete sobre recortes de memórias do período escravista, afetos e resistência. Segundo a artista, "imagens curam imagens", imagens que interseccionam questões sociais, a partir do lugar da mulher negra na sociedade brasileira.

Neste texto trazemos um fragmento da série intitulada "Assentamento", um dos trabalhos fortíssimos da artista. Ela imprime partes fragmentadas da fotografia do corpo de uma mulher negra, costura as partes, borda um coração e deixa solto alguns fios. Este trabalho deve nos conduzir a uma leitura interseccional e sensível sobre os corpos subalternizados. Em primeiro plano, o corpo da mulher negra.



Paulino se debruça sobre arquivos científicos utilizados no Brasil no Século XIX, no intuito de embasar o racismo científico.

Eu vou pensar as ciências, principalmente no Brasil, dentro da sociedade em que estão inseridas. O Brasil é um país que teve como **política de Estado** a questão das pseudociências, do racismo científico. Isso foi financiado pelo **Estado**. Essa **política** vai levar à escolha de se trazerem imigrantes europeus dentro de uma **política** de branqueamento da população. A primeira questão é: como sociedade, nós não discutimos isso? Nós jamais deveríamos ter varrido essa questão para debaixo do tapete [...] São as artes interligadas à história, interligadas à sociologia, para a gente tentar entender o que é esse país. Senão a gente não consegue entender a questão **negra**, a **indígena**. A gente não consegue entender por que uma pessoa sai para um

batizado, **toma 80 tiros, e o país não para**. O que acontece que esse corpo negro que é tão subalternizado? ” (PAULINO, 2021)

No caso específico de “Assentados”, Paulino nas imagens, a fotografia de uma mulher desconhecida, registrada durante o que ficou conhecido como Expedição Thayer. Uma expedição financiada pelo cientista, zoólogo suíço Louis Agassiz, realizada no Brasil. Trabalho realizado entre 1865 e 1866. O projeto objetivava traçar tipos raciais puros, a fim encontrar comprovações da superioridade da etnia branca.

O que é a nossa história? Como se formam as nossas famílias, e quem somos em nosso território e corpo-território? Quem é essa ancestral nossa nessa fotografia capturada com objetivos tão violentos?

Fica evidenciado, diante das perspectivas diversas trazidas aqui, que a efetivação dos direitos de cidadania necessita reflexão sobre o cotidiano dos indivíduos, famílias e territórios, bem como estratégias refletidas a partir de uma abordagem interseccional da realidade, para enfrentamento da complexidade dos problemas, e das múltiplas opressões vividas por esses corpos. Uma ação efetiva está além da criação de leis, encaminhamentos de usuários, organização de fichas e carimbos da burocracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGE, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Campinas: Papirus, 2014.

CABNAL, Lorena: “Sanar de La Violência”, DW Histórias Latinas, 2019. [Acessada em 01/2022] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U3zVvCafBrs>

\_\_\_\_\_. “Tzk’at, Red de Sanadoras Ancestrales de Feminismo Comunitário desde Iximulew (Guatemala)” In: Revista Ecologia Política, Fundación ENT y Icaria Editorial, 2017, p.102.

CASTEL, Robert: **Desigualdade e a questão social**. Ed. EDUC, São Paulo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

JORGE, Ilza Valéria M. A importância da burocracia do “nível de rua” em processos de mudança organizacional: o caso do hospital municipal infantil menino Jesus. 2012. 21 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOIOLA, Gracielle Feitosa de. Produção sociojurídica de famílias “incapazes”: do discurso da “não aderência” ao direito à proteção social. Curitiba: CRV, 2020

LOTTA, Gabriela S. Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas do nível de rua no Programa Saúde da Família, tese de doutorado, São Paulo, SP, 2010.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Editora da Unesp, 2013. 241 pp

SOUZA, Jessé. Ralé Brasileira: Quem é e como vive. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>

PAULINO, Rosana: “Somos muito ingênuos em relação ao poder da imagem”, Jornal da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rio Grande do Sul - Brasil, 2021.